

O campo histórico – considerações sobre as especialidades na historiografia contemporânea

The field of history – considerations about specialties in contemporary historiography

José D'Assunção Barros¹

jose.assun@globo.com

Resumo. Este artigo busca esclarecer e discutir alguns aspectos relacionados às diversas modalidades da História, organizando uma visão panorâmica dos vários campos em que se divide o conhecimento histórico nos dias de hoje. São discutidos aspectos diversos, incluindo os objetos, fontes e abordagens mais comuns a cada um destes campos. O artigo apresenta como principal referência o livro *O campo da história*, publicado pelo autor recentemente.

Palavras-chave: campos da História, metodologia da história; escrita da história.

Abstract. This article attempts to clarify and discuss some aspects related to the modalities of history, organizing a panoramic view of the various fields in which historical knowledge is presently divided. The aspects discussed and include the most common objects, sources and approaches in each one of these fields. The article's main reference is the book *The Field of History*, recently published by the author.

Key words: fields of history, methodology of history; writing of history.

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), professor da Universidade Severino Sombra (USS), de Vassouras, nos Cursos de Mestrado e Graduação em História, onde leciona disciplinas ligadas ao campo da Teoria e Metodologia da História.

Um dos fenômenos mais interessantes da historiografia no século XX se refere à profusão de domínios em que está partilhado hoje o saber historiográfico. Fala-se, por exemplo, em uma *História Demográfica* ou em uma *História Política*, noções que se referem a “dimensões” ou a fatores que ajudam a definir a realidade social (a população, o poder); fala-se de uma *História Oral* ou de uma *História Serial*, que são classificações da História que remetem ao tipo de fontes com as quais elas lidam ou às “abordagens” que os historiadores utilizam para tratar estas fontes (a entrevista, a serialização de dados); fala-se da *Micro-História* ou da *História Quantitativa*, que são classificações

relativas aos campos de observação abordados pelo historiador (a microrrealidade, o número); fala-se em uma *História das Mulheres* ou em uma *História dos Marginais*, que são classificações relacionadas aos “sujeitos” que fazem a História (a mulher, o marginal); fala-se em uma *História Rural* ou em uma *História Urbana*, que são subdivisões relativas aos “ambientes sociais” examinados pelo historiador (o campo, a cidade); fala-se de uma *História da Arte* ou de uma *História da Sexualidade*, que são âmbitos associados aos “objetos” considerados na pesquisa histórica (a criação artística, o sexo). Poder-se-ia falar ainda em uma *História Vista de Baixo*, para simbolizar uma inversão de perspec-

tiva em relação à tradicional historiografia que partia do poder dominante, e até em uma *História Imediata*, modalidade historiográfica em que o autor é, ao mesmo tempo, historiador e personagem dos acontecimentos que descreve ou analisa. Todos estes exemplos são legítimas especialidades da História. Mas as dificuldades começam a se mostrar quando estas várias classificações, oriundas de critérios bem diferentes e estranhos entre si, são misturadas indiscriminadamente para organizar os vários “lotes” da História.

O Quadro 1 foi elaborado com o intuito de organizar esses critérios – distribuindo-os em “dimensões”, “abordagens” e “domínios” da História – e buscando esclarecer as várias divisões que esses critérios podem gerar. De certo modo, as três ordens de critérios correspondem a divisões da História respectivamente relacionadas a “teorias” (ou enfoques), “métodos” e “temas”.

Por aqui veremos que uma primeira ordem de classificações relativas ao Campo Histórico é gerada pelas várias *dimensões* da vida humana, embora na realidade social efetiva estas nunca apareçam desligadas entre si. Teremos então uma História Demográfica, uma História da Cultura Material, uma História Econômica, uma História Política, uma História Cultural e assim por diante.

A maior parte dessas dimensões é evidente por si só, mas em todo caso faremos alguns comentários ainda de ordem geral sobre estes campos. Apenas para dar a partida nesta busca de maior transparência classificatória, poderemos começar citando a *História Demográfica*, que enfatiza o estudo de tudo aquilo que se refere mais ou menos diretamente à “população”: as suas variações quantitativas e qualitativas, o crescimento e declínio populacional, os movimentos migratórios e assim por diante. À medida que vai conectando os aspectos mais especificamente relacionados às categorias populacionais (como a mortalidade ou a natalidade), muito freqüentemente obtidos através de métodos quantitativos, para depois relacionar estes aspectos de modo a dar a perceber a vida social de uma determinada comunidade, a História Demográfica estabelece interfaces com a História Social. Para utilizar uma imagem mais eloqüente, a História Demográfica vai se tornando muito claramente um tipo de História Social na razão direta em que a história da mortalidade vai derivando para uma história da morte, mostrando-se neste particular uma interface mais específica com a História das Mentalidades.

A *História da Cultura Material* estuda os objetos materiais em sua interação com os aspectos mais concretos da vida humana, desdobrando-se por domínios históricos que vão do estudo dos utensílios ao estudo da alimentação, do vestuário, da moradia e das condições materiais do trabalho humano. Trata-se de uma especificidade da História que está intimamente associada à *Arqueologia*, mas esta designação se refere preferencialmente a uma “abordagem”

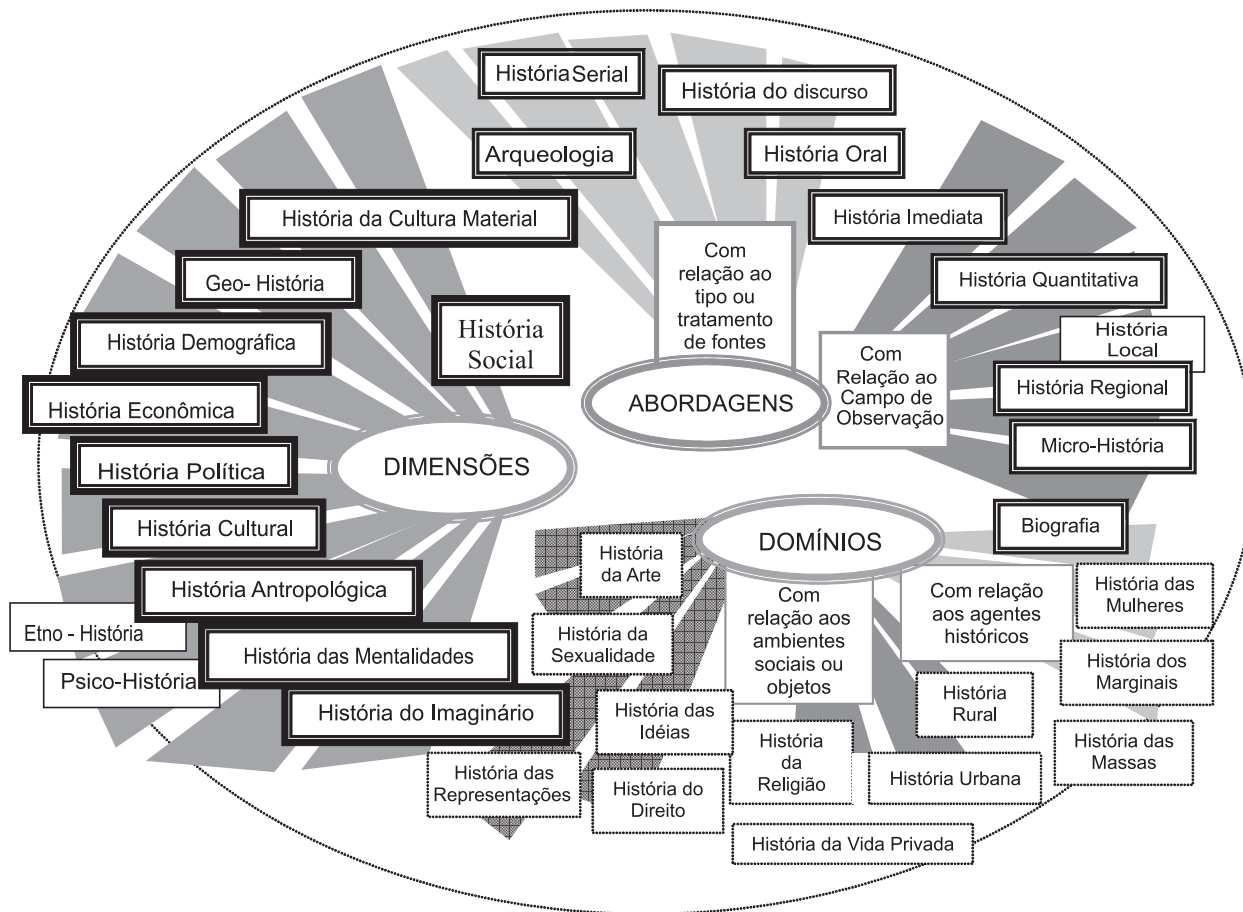
relacionada ao levantamento e à decifração de fontes da cultura material, e não tanto à “dimensão” de vida social que é trazida por estas fontes. Deste modo, ao se mostrar relacionada a um “modo” de desvendar vestígios materiais e de conectá-los para reconstruir a História, a Arqueologia vincula-se mais coerentemente com a segunda ordem de critérios indicada no Quadro 1 (“abordagens”). Neste sentido, para um historiador, a Arqueologia remete sobretudo aos “métodos arqueológicos” que eventualmente serão empregados para levantar fontes e dados empíricos no decorrer da pesquisa – fontes e dados sobre os quais o historiador fará incidir depois um determinado enfoque que pode ou não ser o da História da Cultura Material.

Mas, de qualquer maneira, a História da Cultura Material e a Arqueologia andam juntas (Pesez, 1990). Um bom exemplo de História da Cultura Material foi concretizado por Fernand Braudel, em um dos volumes de *Civilização material, economia e capitalismo* (Braudel, 1997). Por outro lado, Marc Bloch pode ser considerado um precursor, considerando-se que teria empreendido uma modalidade de História da Cultura Material ao analisar a “paisagem rural” na medievalidade francesa (Bloch, 1952).

A *Geo-História* estuda a vida humana no seu relacionamento com o ambiente natural e com o espaço concebido geograficamente. É ainda com Fernand Braudel que este campo começa a se destacar, passando a se definir e a se encaixar nos estudos históricos de “longa duração” (Braudel, 1984). Por outro lado, a Geo-História pode se dedicar mais especificamente ao estudo de um aspecto transversal no decurso de uma duração mais longa, como fez Le Roy Ladurie ao realizar uma *História do Clima* (Le Roy Ladurie, 1971). Nestes casos, ocorre muito freqüentemente que o geo-historiador tome para fontes, além da documentação mais tradicional, os próprios vestígios da natureza (Ladurie esteve atento aos “anéis” que se formam nos caules das árvores de vida longa, considerando que, de acordo com conclusões já estabelecidas pelos botânicos, um anel estreito significa um ano de seca, e um anel largo um ano beneficiado por chuvas abundantes). Conforme se vê, a Geo-História deve dialogar necessariamente não só com a Geografia, como também com outras ciências da natureza (a exemplo da Botânica ou da Ecologia).

Bastante polêmica desde os seus primórdios, a *História das Mentalidades* enfoca a dimensão da sociedade relacionada ao mundo mental e aos modos de sentir, ficando sob a rubrica de uma designação que tem dado margem a grandes debates que não poderão ser pomenorizados aqui. Apenas para registrar alguns dos problemas pertinentes a este campo historiográfico que se consolida a partir da década de 1960, ficam aqui as questões fundamentais que devem ser refletidas pelo historiador que ambiciona trilhar estes caminhos de investigação. Existirá efetivamente uma

Quadro 1: O Campo Histórico.



mentalidade coletiva? Será possível identificar uma base comum presente nos “modos de pensar e de sentir” dos homens de determinada sociedade – algo que uma “César e o último soldado de suas legiões, São Luís e o camponês que cultivava as suas terras, Cristóvão Colombo e o marinheiro de suas caravelas”? Estas imagens, bastante oportunas, foram celebrizadas por Lucien Febvre.

Abraçando esta perspectiva teórica, o historiador deve ampliar necessariamente a sua concepção documental. Conforme assinala François Furet (1991), se o historiador das mentalidades procura alcançar níveis médios de comportamento, não pode se satisfazer com a literatura tradicional do testemunho histórico, que é inevitavelmente subjetiva, não representativa, ambígua. Assim, como veremos adiante, ocorreu um casamento feliz entre a História das Mentalidades (dimensão) e a História Serial (abordagem).

Lucien Febvre, precursor distante dos estudos de mentalidade, havia tentado precisamente uma outra via, mais atenta a fontes de natureza qualitativa (mesmo porque a História Serial somente se consolidaria a partir de meados do século XX). Em sua famosa obra sobre *Rabelais*, o historiador francês se propõe – a partir da investigação de um único indivíduo – identificar as coordenadas de toda

uma era (Febvre, 1962). A abordagem é criticada pelo historiador italiano Carlo Ginzburg – historiador mais habitualmente classificado na interconexão de uma História Cultural (dimensão) com uma Micro-História (abordagem). Ao contrário de Febvre, o micro-historiador italiano Carlo Ginzburg opta por instrumentalizar o conceito de *mentalidade de classe* em sua obra *O queijo e os vermes* (Ginzburg, 1989). Neste último caso – onde toma como documentação principal os “registros inquisitoriais” do processo de um moleiro italiano perseguido pela Inquisição no século XVI –, Ginzburg mantém-se atento à questão da “intertextualidade”, isto é, ao diálogo que o discurso do moleiro Menocchio estabelece implicitamente com outros textos e discursos.

Desta forma, embora ambos os historiadores partam de um estudo de caso individual, a abordagem tornou-se distinta. Ressalte-se na abordagem de Ginzburg a preocupação em identificar os vários registros dialógicos presentes em uma mesma fonte – preocupação que se coaduna muito intimamente com um dos setores da chamada História Cultural. Assim, além do discurso externo do próprio Menocchio, visível na superfície de suas fontes, o historiador italiano toma por objeto a multiplicidade de discursos

232

tos que o constituem; além disso, evita a pretensão de reconstituir uma “mentalidade de época”. Seu enfoque, como ressaltamos, é mais propriamente cultural; sua metodologia se funda na análise intensiva de suas fontes, dialogando com a famosa “descrição densa” proposta por antropólogos como Clifford Geertz (1989).

A História Cultural, campo historiográfico que se torna mais preciso a partir da década de 1980, é suficientemente rica para abrigar no seu seio diferentes possibilidades internas de tratamento, por vezes antagônicas. Apenas para resumir algumas possibilidades, ela abre-se a estudos da “cultura popular”, da “cultura letrada”, das “representações”, se bem que em alguns destes casos já entremos no âmbito dos “domínios da História”, dos quais já falaremos.

Para além das variedades de História Cultural, a *História Antropológica* também enfoca a “cultura”, mas mais particularmente nos seus sentidos antropológicos. Privilegia problemas relacionados à “alteridade” e se interessa especialmente pelos povos ágrafos, pelas minorias, pelos modos de comportamento não-convencionais, pela organização familiar, pelas estruturas de parentesco. Em alguns de seus interesses, irmana-se com a *Etno-História*, por vezes assimilando esta última categoria histórica aos seus quadros.

Ainda explorando os caminhos da cultura, e também o universo mental das sociedades, teríamos uma *História do Imaginário* – tentativa de abrir mais uma alternativa à investigação daqueles objetos historiográficos que até então haviam sido seara exclusiva da História das Mentalidades. A História do Imaginário estuda essencialmente as imagens produzidas por uma sociedade, mas não apenas as imagens visuais, como também as imagens verbais e, em última instância, as imagens mentais. O imaginário será aqui visto como uma realidade tão presente quanto aquilo que poderíamos chamar de “vida concreta”. Na Idade Média, muitos se engajaram nas Cruzadas menos por razões econômicas ou políticas (embora estas sejam sempre evidentes) do que em virtude de um imaginário cristão e cavaleiresco. A elaboração de um conceito de imaginário para as ciências humanas deve muito a Castoriadis, cuja obra de referência é *A instituição imaginária da sociedade* (Castoriadis, 1982) e a historiadores como Jacques Le Goff e Georges Duby.

Embora existam alguns objetos em comum, a História do Imaginário marca alguma distância em relação à História das Mentalidades. Esta última está muito associada à idéia de que existe em qualquer sociedade algo como uma “mentalidade coletiva”, que *grosso modo* seria uma espécie de estrutura mental que só se transforma muito lentamente, às vezes dando origem a permanências que se incorporam aos hábitos mentais de todos os que participam da formação social (apesar de transformações que podem estar se operando rapidamente nos planos econômico e político). A História

do Imaginário não se ocupa propriamente destas longas durações nos modos de pensar e de sentir, mas sim da articulação das imagens visuais, verbais e mentais com a própria vida que flui em uma determinada sociedade.

Cada sociedade desenvolve, por exemplo, o seu imaginário político, como aquele que Ernst Kantorowicz estudou em *Os dois corpos do rei* (Kantorowicz, 1998). A idéia de que o “rei não morre jamais”, ou de que a própria sociedade constitui um segundo corpo do rei, pode estar interconectada com um imaginário cristão. Os modos como o poder é representado – por exemplo, em termos de “centro” e de “periferia” – ou como a estratificação social se materializa em imagens como a de um espectro de alturas em que as classes sociais mais favorecidas são chamadas de “classes altas”... eis aqui algumas imagens sociais e políticas que podem passar a fazer parte da vida de uma sociedade.

Existe, por outro lado, o estudo mais direto das imagens visuais, perceptíveis, por exemplo, nas iconografias, ou das imagens empregadas na literatura. Neste ponto, a História do Imaginário partilha seus objetos com uma “história das imagens” propriamente dita, ou com uma “história das representações”, que são, na verdade, “domínios da história” (ou seja, campos temáticos à disposição do historiador). São domínios que, naturalmente, também podem ser partilhados por uma História Cultural.

A dimensão da cultura, conforme se vê, é suficientemente diversificada para gerar um grande número de modalidades historiográficas (basta lembrar que o próprio conceito de cultura é polissêmico e que cada um de seus sentidos pode se abrir a um enfoque distinto). De igual maneira, a História Política é outra das dimensões complexas, abrindo eventualmente campos antagônicos dentro de si. Será suficiente lembrar aqui o contraste radical entre a Velha História Política e a Nova História Política. O que autoriza classificar um trabalho historiográfico dentro da História Política é naturalmente o enfoque no “poder”. Mas que tipo de poder? Pode-se privilegiar desde o estudo do poder estatal até o estudo dos micropoderes que aparecem na vida cotidiana.

Assim, enquanto a História Política do século XIX mostrava uma preocupação praticamente exclusiva com a política dos grandes Estados (sob a condução ou interferência dos “grandes homens”), já a Nova História Política que começa a se consolidar a partir dos anos 1980 passa a se interessar também pelo “poder” nas suas outras modalidades (que incluem também os micropoderes presentes na vida cotidiana, o uso político dos sistemas de representações e assim por diante). Para além disto, a Nova História Política passou a abrir um espaço correspondente para uma “História Vista de Baixo”, ora preocupada com as grandes massas anônimas, ora com o “indivíduo comum” que por isso mesmo pode se mostrar como o portador de indícios que dizem res-

peito ao social mais amplo. Assim, mesmo quando a Nova História Política toma para seu objeto um indivíduo, não visa mais a excepcionalidade das grandes figuras políticas que, outrora, muitos dos historiadores do século XIX acreditavam ser os grandes e únicos condutores da História.

Objetos da História Política são todos aqueles que são atravessados pela noção de “poder”. Neste sentido, teremos, de um lado, aqueles antigos enfoques da História Política tradicional que, apesar de terem sido rejeitados pela historiografia mais moderna de a partir dos anos 1930, com as últimas décadas do século XX começaram a retornar com um novo sentido. A guerra, a diplomacia, as instituições ou até mesmo a trajetória política dos indivíduos que ocuparam lugares privilegiados na organização do poder – tudo isto começa a retornar a partir do final do século com um novo interesse.

De outro lado, além desses objetos que se referem às relações entre as grandes unidades políticas e aos modos de organização dessas grandes unidades políticas que são os Estados e as instituições, ganham especial destaque as relações políticas entre os grupos sociais de diversos tipos. A rigor, as “ideologias” e os movimentos sociais e políticos (por exemplo, as revoluções) sempre constituíram pontos de especial interesse por parte da nova historiografia que se inicia com o século XX. Por outro lado, como já ressaltamos, hoje despertam um interesse análogo as relações interindividuais (micropoderes, relações de poder no interior da família, relacionamentos intergrupais), bem como o campo das representações políticas, dos símbolos, dos mitos políticos, do teatro do poder. Em muitos destes âmbitos, são evidentes as interfaces da História Política com outros campos historiográficos, como a História Cultural, a História Econômica ou, sobretudo, a História Social.

A dimensão historiográfica mais sujeita a oscilações de significado é precisamente a da *História Social*, categoria que, por ocasião do surgimento da “Revista dos Annales”, foi construída – ao lado da *História Econômica* – por oposição à *História Política* tradicional. Nesta esteira, houve ainda quem direcionasse a expressão “História Social” para uma história das grandes massas ou para uma história dos grupos sociais de várias espécies (em contraste com a biografia, com a História das Instituições, etc...). Entre os objetos mais evidentes da História Social estariam as relações sociais, as classes e estamentos, as ideologias, as formas de sociabilidade.

Pode-se perceber que a maioria dos campos de interesse da História Social correspondem a recortes humanos (as classes e grupos sociais, as células familiares) ou a recortes de relações humanas (os modos de organização da sociedade, os sistemas que estruturam as diferenças e desigualdades). Em um caso, estudam-se fatias da sociedade; em outro caso, dimensões específicas e transversais que atravessam a sociedade como um todo. Contudo, duas das

divisões que relacionamos perdem este caráter mais específico que procura examinar um problema ou uma dimensão mais específica: o estudo das comunidades (rurais e urbanas) e o estudo das populações como um todo. Estes dois campos estão, na verdade, ligados a uma outra acepção da História Social que discutiremos a seguir.

Se a História Social foi se constituindo desde o princípio como uma subespecialidade da História, direcionada para objetos bem específicos e que se distinguiam dos objetos das outras histórias, por outro lado a noção de “História Social” também foi vinculada por alguns pensadores e historiadores a uma “história total”, encarregada de realizar uma grande síntese da diversidade de dimensões e enfoques pertinentes ao estudo de uma determinada comunidade ou formação social. Portanto, estaria a cargo da História Social criar as devidas conexões entre os campos político, econômico, mental e outros – o que implica que, nesta acepção, a História Social deixa de ser uma modalidade mais específica, como qualquer outra, para se tornar o campo histórico mais abrangente que se abriria à possibilidade da síntese... História Social como História da Sociedade. ...

Na verdade, esta última acepção é adotada ainda pela Escola dos Annales, mas a partir da década de 1940, de modo que acaba se contrapondo àquela primeira acepção que procurava fixar a História Social como especialidade. Em uma conferência de 1941, mais tarde publicada em *Combates pela História*, Lucien Febvre chega a afirmar que “não há história econômica e social; há somente história, em sua unidade”. Trata-se, portanto, de um programa que assume a perspectiva da chamada História Total, ou da “História-Síntese”, que tão bem caracterizaria a segunda fase da Escola dos *Annales* – sobretudo com as monumentais obras de Braudel sobre *O Mediterrâneo* e sobre a *Civilização material, economia e capitalismo*.

Mas a designação anterior continuou existindo paralelamente, de modo que a História Social assumiu um lugar específico como sub-especialidade ao lado da História Econômica, da História Política, da História Cultural e de todas as outras. Rigorosamente, depois da crise da História Total (esperança de abarcar todos os aspectos de uma sociedade em uma grande síntese coerente), esta designação mais específica ganhou até mais força a partir da década de 1960. Mas a noção de História Social, enfim, continuou sempre aberta a muitas possibilidades de sentidos.

Os meios acadêmicos brasileiros vieram contribuir um pouco para os usos amplificados da expressão “História Social”. Esta designação tem sido muito utilizada, ao mesmo tempo em que tem se diluído bastante de um verdadeiro conteúdo, no âmbito das universidades brasileiras. Os programas de Pós-Graduação – que são obrigados a explicitar burocraticamente aos organismos governamentais uma “área de concentração” com as suas respectivas

“linhas de pesquisa” – acabaram por adotar estrategicamente esta designação tomada no seu sentido mais abrangente, conseguindo, assim, enquadrar em um mesmo plano de coerência uma quantidade multidiversificada de pesquisas. Em certo sentido, argumenta-se que toda a História que hoje se escreve é de alguma maneira uma História Social – mesmo que direcionada para as dimensões política, econômica ou cultural.

De fato, é possível incorporar uma preocupação social a cada uma das demais dimensões antes citadas como subespecialidades da História e também às várias “abordagens” e “domínios” que veremos a seguir. Mas é também verdade que nem toda História é necessariamente social. Se é possível elaborar uma *História Social das Idéias* ou uma *História Social da Arte*, é possível também elaborar uma *História das Idéias* ou uma *História da Arte* que se restrinjam a discutir obras do pensamento ou da criação artística sem as reestruturar dentro do seu ambiente social mais amplo. Encontra-se quem fale em uma *História da Cultura*, preocupada em descrever produções culturais de vários tipos, mas contrastando-a com a *História Cultural* propriamente dita, que tem incorporado tradicionalmente uma preocupação social muito definida (neste caso, uma *História Social da Cultura*).

Uma última divisão historiográfica relacionada ao tipo de enfoque que canaliza as atenções do historiador é a *História Econômica*. Neste caso, dificilmente pode haver dúvidas relativas aos objetos da História Econômica. Estuda-se qualquer um dos três aspectos envolvidos pelas atividades econômicas: a produção, a circulação ou o consumo.

O campo da produção foi objeto de interesse primordial da historiografia marxista. Neste sentido, aqui encontra o seu espaço o conceito de “modo de produção”, que procura dar conta de toda a produção da vida material de uma sociedade a partir da apropriação do trabalho humano e da utilização dos meios de produção (matérias-primas, instrumentos). Pode-se ainda falar em “sistemas de produção”, o que é apenas uma outra maneira de se referir a este âmbito produtivo que constitui o ponto de partida da vida econômica de uma sociedade.

É natural que, notadamente com a historiografia marxista e outras preocupadas com a dimensão social da História, considere-se que o sistema de produção está em inseparável interface com a organização social e política de uma sociedade. Daí que, para este tipo de história econômica, é imprescindível caminhar conjuntamente com a História Social e com a História Política. Qualquer grupo social ocupa uma posição – central ou periférica, ativa ou parasitária, consciente ou alienada – no sistema de produção de uma sociedade, e todos estabelecem entre si relações que, além de sociais, são relações políticas. Para o materialismo histórico, por exemplo, a História é a história dos mo-

dos de produção e também a história das lutas de classe. Uma coisa está sobreposta à outra, pois se os modos de produção vão se desenvolvendo e derivando em outros no decurso de uma duração mais longa, a luta de classes aflora cotidiana e conjunturalmente sobre estas grandes estruturas em mutação. Percebe-se, assim, que, nesta linha de perspectivas, a História Econômica está em permanente interface com uma História Política e uma História Social.

Por outro lado, o enfoque do historiador econômico também pode se dirigir para a esfera da circulação (ou da distribuição). Serão estudados aqui os ciclos econômicos, os preços, as trocas, o sistema financeiro. O interesse no estudo dos ciclos econômicos, por exemplo, tornou-se muito marcante a partir da década de 1930, com historiadores da economia associados à Escola dos *Annales* (mas neste caso também ao marxismo), como Ernst Labrousse. Destaca-se uma interface evidente da nova História Econômica com os diversos desenvolvimentos da ciência social da Economia. Na verdade, o estudo dos ciclos, das conjunturas, da flutuação de preços e salários (e tantos outros aspectos) tornou-se possível a partir do diálogo com a Estatística. Estes novos campos da História Econômica tornam-se possíveis com a quantificação – com aquilo que logo passaria a ser chamado de História Quantitativa.

Fechando o circuito de interesses da História Econômica aparece a esfera do consumo, com objetos que podem ir desde os aspectos relativos aos salários (poder de compra) até os hábitos de consumo dos vários grupos sociais. Estudar o consumo é estudar os modos como a riqueza é apropriada pelos vários grupos e forças sociais que se encontram em interação no interior de uma determinada sociedade. As tensões sociais, enfim, também se expressam nas relações de consumo, nas ostentações, nas carências, nos contrastes que dão a revelar a riqueza apropriada e a colocam em contraposição à riqueza produzida. Esta ponta do triângulo econômico, portanto, estabelece uma nova interface com a História Social.

De uma maneira resumida, enfim, estas – da História da Cultura Material à História das Mentalidades (ou do porão ao sótão, para utilizar uma metáfora conhecida) – são algumas daquelas dimensões presentes na vida de uma sociedade que têm gerado campos específicos da Historiografia. Resta dizer, antes de passar ao próximo grupo de critérios, que o historiador não precisa se fixar necessariamente em apenas uma destas dimensões. Conforme vimos, ele pode atuar na interconexão de uma História Política com uma História Social, de uma História Demográfica com uma História das Mentalidades, de uma Geo-História com uma História Econômica, apenas para dar alguns exemplos. As combinações possíveis, a dois ou a três, são intermináveis e dependem da natureza do objeto historiográfico que está sendo constituído.

Do âmbito das dimensões passaremos agora ao âmbito das *abordagens*. Existem subdivisões possíveis da História que se referem ao “campo de observação” com que os historiadores trabalham. E existem outras subdivisões que se referem ao tipo de fontes ou ao “modo de tratamento das fontes” empregado pelo historiador. Em cada um destes casos, estas divisões da História referem-se mais aos “modos de fazer” a pesquisa do que às dimensões sociais que são enfocadas pelo historiador (“modos de ver”). Os critérios envolvidos por estas subdivisões são, portanto, divisões que estão mais relacionadas com Metodologia do que com Teoria.

É o caso, por exemplo, da *História Oral*. Esta subdivisão historiográfica refere-se a um tipo de fontes com o qual o historiador trabalha, a saber, os testemunhos orais. Aqui, entramos em um outro tipo de critério que não interfere com os do primeiro grupo. Um historiador pode estabelecer como enfoque a História Política ou a História Cultural e selecionar como abordagem a História Oral. Isto significa que ele irá produzir o essencial dos seus materiais de investigação e reflexão a partir da coleta de depoimentos, que depois deverá analisar com os métodos adequados. Suas preocupações neste âmbito estarão relacionadas ao tipo de entrevista que será utilizado na coleta de depoimentos, aos cuidados na decodificação e análise destes depoimentos, ao uso ou não de questionários e assim por diante. Todos estes aspectos se referem mais a “métodos e técnicas” do que a “aspectos teóricos”. A História Oral, enfim, remete a um dos caminhos metodológicos oferecidos pela História, e não a um caminho teórico ou a um caminho temático.

Também o campo da *História Serial* se refere a um tipo de fontes e a um “modo de tratamento” das fontes. Trata-se de abordar fontes com algum nível de homogeneidade e que se abram para a possibilidade de quantificar ou de serializar as informações ali perceptíveis no intuito de identificar regularidades. Num outro sentido, a História Serial lida também com a serialização de eventos (e não apenas com a serialização de fontes), propondo-se a avaliar eventos históricos de um certo tipo em séries ou unidades repetitivas por determinados períodos de tempo. Enquadram-se neste conjunto de possibilidades os estudos dos ciclos econômicos, a partir, por exemplo, da análise das curvas de preços, e também as análises das curvas demográficas.

A História Serial foi um campo que se abriu com a História Econômica e daí se estendeu à História Demográfica e à História Social no sentido restrito, mas que terminou por se difundir para muito além destes limites. É o caso dos estudos de História das Mentalidades, quando se recorre à análise de séries de testamentos a fim de verificar quantas missas desejavam para depois de sua morte os homens de uma certa classe social em determinada sociedade. Neste sentido, a série pode trazer à tona “tes-

temunhos involuntários”, permitindo estabelecer uma História das Práticas Religiosas (rubrica que deve ser enquadrada no âmbito dos “domínios” da História). Da mesma forma, é possível serializar ‘estruturas de parentesco’, e neste momento a História Serial estará se articulando à História Antropológica.

A História Serial, relacionada a determinados procedimentos metodológicos, articula-se deste modo a outros campos históricos, como a História Econômica, a História Demográfica ou a História das Mentalidades, aplicando-se a objetos vários (como na História das Práticas Religiosas ou na História da Família). Por outro lado, com frequência ela se encontra intimamente relacionada com a chamada *História Quantitativa*, uma subdivisão da História que se refere mais ao critério “campo de observação”, neste caso associado ao universo numérico e às variações quantitativas.

Dentre as subdivisões pertinentes ao critério “campo de observação”, a confusão mais freqüente que se faz está entre a *História Regional* e a *Micro-História*, apesar de serem campos radicalmente distintos. Valem aqui alguns esclarecimentos.

Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele se mostra interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar. Mas, de qualquer maneira, o interesse central do historiador é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar, em algum momento de sua pesquisa, a inserção do espaço regional em um universo maior (o espaço nacional, uma rede comercial, etc.).

A Micro-História não se relaciona necessariamente ao estudo de um espaço físico reduzido, embora isto possa até ocorrer. O que a Micro-História pretende é uma redução na escala de observação do historiador com o intuito de se perceber aspectos que de outro modo passariam despercebidos. Quando um micro-historiador estuda uma pequena comunidade, ele não estuda propriamente a pequena comunidade, mas estuda *através* da pequena comunidade (não é, por exemplo, a perspectiva da História Local, que busca o estudo da realidade microlocalizada por ela mesma). A comunidade examinada pela Micro-História pode aparecer, por exemplo, como um meio para atingir a compreensão de aspectos específicos relativos a uma sociedade mais ampla. Da mesma forma, posso tomar para estudo uma “realidade micro” com o intuito de compreender

certos aspectos de um processo de centralização estatal que, em um exame encaminhado do ponto de vista da macro-história, certamente passariam despercebidos.

O objeto de estudo do micro-historiador não precisa ser, desta forma, o espaço microrrecortado. Pode ser uma prática social específica, a trajetória de determinados atores sociais, um núcleo de representações ou qualquer outro aspecto que o historiador considere revelador em relação aos problemas sociais que está se dispondo a examinar. Se ele elabora a biografia de um indivíduo (e freqüentemente escolherá um indivíduo anônimo), o que o estará interessando não é propriamente biografar este indivíduo, mas sim os aspectos que poderá perceber através do exame microlocalizado desta vida.

Para utilizar uma metáfora conhecida, a Micro-História propõe a utilização do microscópio ao invés do telescópio. Não se trata, neste caso, de depreciar o segundo em relação ao primeiro. O que importa é ter consciência de que cada um destes instrumentos pode se mostrar mais apropriado para conduzir à percepção de certos aspectos do universo (por exemplo, o espaço sideral ou o espaço intratômico). De igual maneira, a Micro-História procura enxergar aquilo que escapa à Macro-História tradicional, empreendendo para tal uma “redução da escala de observação” que não poupa os detalhes e o exame intensivo de uma documentação. Considerando os exemplos antes citados, o que importa para a Micro-História não é tanto a “unidade de observação”, mas a “escala de observação” utilizada pelo historiador, o modo intensivo como ele observa e o que observa.

Com relação aos *domínios* da História (terceiro campo proposto pelo Quadro 1), eles são de número indefinido, uma vez que se referem aos “agentes históricos” que eventualmente são examinados (a mulher, o marginal, o jovem, as massas anônimas e qualquer outro), aos “ambientes sociais” (rural, urbano, vida privada) e aos “objetos de estudo” (arte, direito, religiosidade, sexualidade). Os exemplos sugeridos são apenas indicativos de uma quantidade de campos que não teria fim.

Como se vê, os critérios de classificação que estabelecem domínios da História referem-se primordialmente às temáticas escolhidas pelos historiadores. São já campos de estudo mais específicos, dentro dos quais se inscreverão o objeto de estudo e a problemática constituídos pelo historiador.

Será oportuno encerrar este artigo chamando a atenção, mais uma vez, para o fato de que – como qualquer campo de saber – a História está fadada a permanentes transformações no interior do seu espaço disciplinar. Os rearranjos internos serão sempre possíveis. E mais, o que está dentro da História um dia, como objeto de estudo possível, pode se ver repellido para o seu exterior no outro dia.

Será eficaz, para retermos uma maior compreensão acerca das variâncias da disciplina historiográfica, retomar um célebre trecho de *A ordem do discurso*, onde Michel Foucault esclarece como ninguém o que é uma disciplina (em geral):

uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isto constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele (Foucault, 1996).

Esse sistema anônimo, contudo, como faz notar Foucault logo adiante, está em permanente mutação porque é aberto a expansões – na verdade, ele *depende*, para existir, de desencadear expansões. Conforme ressalta o filósofo francês, “para que haja disciplina é preciso, pois, que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas”.

E, no entanto, existe um incessante jogo entre o interior e o exterior da disciplina, e entre um campo de estudos e o seu campo de objetos. A História (campo de conhecimento) jamais será constituída por tudo o que se pode dizer de verdadeiro sobre a História (campo dos acontecimentos). Para que uma proposição pertença à disciplina “História” de uma época, é preciso que ela responda às condições desta disciplina tal como a definem ou definiram os seus praticantes de então. A História, como qualquer outra disciplina, estará sempre repellido para fora de suas margens determinado conjunto de saberes, proposições e domínios que, em momento anterior, poderiam ter estado ali e que, em um momento subsequente da história dos saberes e dos discursos, já não estão. Ou, como registra Michel Foucault para todas as disciplinas científicas em geral:

O exterior de uma ciência é mais ou menos povoado do que se crê: certamente, há a experiência imediata, os temas imaginários que carregam e reconduzem sem cessar crenças sem memória; mas, talvez, não haja erros, em sentido estrito, porque o erro só pode surgir e ser decidido no interior de uma prática definida; em contrapartida rondam monstros cuja forma muda com a história do saber. Em resumo: uma proposição deve preencher exigência complexa e pesada para poder pertencer ao conjunto de uma disciplina [...] (Foucault, 1996).

A disciplina História atrai e repele objetos, domínios, proposições, métodos, práticas, representações. Houve um tempo em que a hagiografia caía dentro da História, em que Deus conduzia a História. Depois, no século XVIII, a História tende a se tornar imanente entre os

historiadores profissionais. Deus sai da História e a deixa aos homens – ou, se ele permanece na História, como ocorre com vários dos historiadores do século XIX, é como uma grande sombra providencial que age através dos homens (mas não mais de milagres). Com o iluminismo, o mundo extrafísico ou sobrenatural parece ter sido definitivamente repellido para fora da História. Voltará um dia? Atualmente, não se escreve uma história dos fenômenos paranormais. Quem quer que queira historiar estes fenômenos terá de fazê-lo do exterior histórico, já que este não é um dos assuntos de que tratam os historiadores profissionais. Outros tantos exemplos poderiam ser dados. Os historiadores escrevem a História das Ciências, dos saberes jurídicos, da Medicina, da Psiquiatria – mas quem historia a Astrologia são os astrólogos (os historiadores só o fariam para avaliar social ou culturalmente as suas representações, para indagar pelas ideologias que se escondem por trás das representações astrológicas e assim por diante).

Há os exemplos políticos. O nazismo entrou na história como monstro – quem quiser historiá-lo com maior simpatia terá dificuldade em fazê-lo no interior dos círculos historiográficos ocidentais. Deverá fazer isto do seu exterior, como simpatizante de uma doutrina. Isto porque, na historiografia ocidental, o nazismo é estudado no corpo dos estudos dos autoritarismos, dos fanatismos, das patologias sociais, da violência. Não se estuda, por exemplo, a arte nazista, a não ser ligada a um destes aspectos.

Um exemplo não muito distante de proposições que até então caíam como luvas para o campo histórico e que hoje são repelidas enfaticamente se refere ao circuito da “evolução” e do “progresso”. Com os desenvolvimentos antropológicos e com o auto-reconhecido descentramento do homem europeu, já não se admite falar, no campo da historiografia profissional, em “evolução de sociedades” (com aquele sentido próximo ao darwiniano). Também já não se fala no “espírito da nação”, que teria animado as narrativas nacionalistas de historiadores como Ranke ou Jules Michelet nos idos do século XIX. Estas proposições estão atualmente em baixa – ou melhor, estão como que fora da órbita do campo histórico.

Exemplo mais recente de idas e vindas, agora já relativo a uma das antigas especialidades da História, é o campo da História das Civilizações. Com Arnold Toynbee, este domínio parecia ter conhecido o seu último grande investimento (Toynbee, 1953). No final do segundo milênio, ele parece querer voltar com toda a força, pelo menos a julgar pelo impacto de *O choque das civilizações* de Samuel P. Huntington (2000).

Exemplo importante de resgate de um domínio ou de uma prática historiográfica – que, depois de ter sido expulsa da órbita da historiografia profissional pela ojeriza

ao factual dos anos 1930, começa a ser atraída de novo pela sua gravidade – é este gênero que poderia ser descrito como “história de acontecimento” (a descrição de uma batalha, por exemplo). O primeiro sinal foi dado por Georges Duby, quando aceitou, em 1968, escrever um livro sobre o *Domingo de Bouvines* (famosa batalha na história da Idade Média francesa). O seu prefácio para esta obra é precisamente uma justificativa para a sua aceitação, como historiador profissional, em retomar este gênero (Duby, 1993).

Para pontuar com um último exemplo de domínio que veio à tona, é bastante lembrar que a História da Loucura só começou a ser historiada recentemente. E, naturalmente, começou a ser historiada do ponto de vista de uma racionalidade que desde já a imobiliza, com a exceção do trabalho pioneiro de Foucault (1978). Mas, em todo caso, é um tema que começa a entrar na moda – a invadir a órbita do historicizável. Desta forma, o que um dia esteve no exterior histórico é hoje atraído, com menor ou maior força, para o núcleo historiográfico, tal como vimos acontecer com os vários objetos desvendados pela História das Mentalidades, pela História Vista de Baixo, pela Micro-História. Da mesma forma, os assuntos mais amplamente tratados pela História, hoje, poderão, um dia, ser repelidos. Isto novamente produzirá reviravoltas nos domínios históricos, nas suas dimensões, nas suas abordagens.

Chegamos ao fim do esforço a que nos propusemos quando começamos a percorrer sinteticamente as divisões possíveis da História. Para além dos domínios e campos aqui comentados, o leitor de História poderá continuar contando cada vez mais com uma multidão de novos objetos. Os domínios se multiplicam. Como mencionamos no início deste ensaio, a profusão de uma infinidade de domínios da História nos quais foram se especializando diversos historiadores é decorrente de um duplo processo. De um lado, lembramos que esta profusão se inscreve na tendência dos saberes modernos à hiperespecialização crescente. Por outro lado, a chamada “pulverização da História” é a decorrência mais visível da crise dos grandes modelos explicativos e do declínio das ambições totalizadoras dos historiadores ocidentais que, notadamente na época de Fernand Braudel e em algumas das abordagens marxistas do início do século, almejavam construir exclusivamente “histórias-sínteses”.

Atualmente, a historiografia ocidental mostra-se como um grande vitral de possibilidades. Para retomar a imagem com que intitulamos o primeiro item deste texto, vivemos a época de Clio Despedaçada. A História partiu-se em muitos fragmentos; os editores recolhem as suas migalhas para vendê-las a preço de ouro a uma multidão de consumidores que não cessam de se interessar pelos mais variados objetos historiográficos. Há os que preferem se deleitar nas sofisticadas tabelas de logaritmos que abundam nos ensaios de História Econômica, há os que prefe-

rem as aventuras cavaleirescas que os conduzirão aos castelos medievais. Há os que se interessam pelo poder em todas as suas formas, e existem os que, confortavelmente sentados em salões de luxo, têm alguma curiosidade a respeito da história dos marginalizados. Talvez existam os leitores do sexo masculino que ainda hoje destratem suas mulheres na alcova de seus casamentos e busquem, na poeira dos tempos, os seus pares na misoginia dos tempos antigos; ou que, ao contrário, achem-se perplexos diante das conquistas femininas do último século e, por isto, so-nhem secretamente com um tempo em que os homens dominavam explicitamente as mulheres. E haverá também os que buscarão nas páginas da historiografia profissional a aventura ou as raízes de sua nacionalidade, a origem de seu pessimismo ou de seu otimismo com relação aos seres humanos ou, quem sabe, um conforto para os seus medos presentes e futuros.

Esses são os leitores comuns, que consomem História como qualquer outro gênero literário. Já os historiadores vivem seus temas por vocação ou por necessidade profissional e se repartem naqueles que pretendem dar uma feição mais artística ao seu trabalho e naqueles que buscarão aproximá-lo mais rigorosamente de um imaginário da ciência concebida de acordo com os parâmetros da racionalidade da última hora, sem contar os que esperam transformar com o saber histórico a própria História. Entre os historiadores profissionais – não há como evitar (nem talvez por que evitá-lo) – os compartimentos se multiplicam.

Dimensões, domínios e abordagens são, fundamentalmente, os critérios distintivos que podem ser empregados para criar subdivisões no interior do Campo Histórico. Critérios que não se misturam, mas que eventualmente se complementam. O importante é deixar claro que as “dimensões”, “abordagens” e “domínios” da História se articulam de múltiplas maneiras, e que não se trata de o historiador encontrar um compartimento para dali empreender um trabalho isolado e hiper-especializado. Muito da confusão que tem sido estabelecida em torno destas classificações decorre daquelas grandes coletâneas de artigos, escritas por diversos autores, em que são apresentados desavisadamente os diversos campos da História sem explicar que existem diversos critérios imissos ali envolvidos.

Outrossim, mesmo dentro das divisões geradas por um mesmo critério de coerência, vimos que existem as interfaces e interpenetrações, as combinações de duas ou três dimensões historiográficas, as convivências de duas ou três abordagens, seja por alternância ou por complementaridade, e, por fim, as ambigüidades e objetos comuns aos vários domínios. Apenas para mencionar uma última vez o problema das “dimensões” da realidade social, existem pelo menos três delas que são extremamente complexas e, de certo modo, deixam suas marcas em todas as

outras: a Política, a Cultural e a Social. De alguma maneira, tudo nas relações humanas é perpassado pelo “poder” nas suas múltiplas formas (macropoderes e micropoderes), tudo o que é humano é parte da “cultura” no seu sentido mais amplo, e o “social” pode estar identificado com a própria sociedade. De qualquer modo, a historiografia será sempre um campo complexo, que resiste às subdivisões, o que não impede que elas sejam pensadas como parâmetros mais gerais de orientação.

Referências

- BARROS, J. 2004. *O campo da história – especialidades e abordagens*. Petrópolis, Vozes, 220 p.
- BLOCH, M. [1952]1988. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris, A. Colin, 316 p.
- BRAUDEL, F. 1997. *Civilização material, economia e capitalismo*. Vol. 3, São Paulo, Martins Fontes, 670 p.
- BRAUDEL, F. 1984. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. 2 vols., São Paulo, Martins Fontes, 729 p.
- BURKE, P. (org.). 1992. *A escrita da História – novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, 354 p.
- CASTORIADIS, C. 1982. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 418 p.
- DUBY, G. 1993. *O domingo de Bouvines*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 312 p.
- FEBVRE, L. 1962. *Le problème de l'incroyance au XVIème siècle : La religion de Rabelais*. Paris, Albin Michel, 547 p.
- FOUCAULT, M. 1978. *História da loucura*. São Paulo, Perspectiva, 551 p.
- FOUCAULT, M. 1996. *Ordem do discurso*. São Paulo, Loyola, 79 p.
- FURET, F. 1991. *A oficina da História*. Lisboa, Gradiva, 209 p.
- GEERTZ, C. 1989. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 323 p.
- GINZBURG, C. 1989. *O queijo e os vermes*. São Paulo, Cia. das Letras, 309 p.
- HUNTINGTON, S.P. 2000. *O choque das civilizações*. Rio de Janeiro, Objetiva, 455 p.
- JAGUARIBE, H. 2001. *Um estudo crítico de História*. 2 vols., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 790 p.
- KANTOROWICZ, E. 1998. *Os dois corpos do rei*. São Paulo, Cia. das Letras, 547 p.
- LE ROY LADURIE, E. 1971. *Times of Feast, Times of Famine*. New York, Garden City, 426 p.
- PESEZ, J.-M. 1990. História da Cultura Material. In: J. Le GOFF (org.), *A História Nova*. São Paulo, Martins Fontes, p. 177-213.
- SHARPE, J. 1992. A História vista de Baixo In: P. BURKE (org.), *A escrita da História – novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, p. 39-62.
- TOYNBEE, A. 1953. *Um estudo de História*. 4 vols. Rio de Janeiro, Jackson Ed., 1.100 p.